



PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Nova Mercado **IGC-NM**



Relatório da Administração 2014

1 Aos acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, ajustado às práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Os demais documentos produzidos pela Triunfo para serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2015 às 10h, no Hotel Caesar Business, localizado na Rua Olimpíadas, 205, sala São Paulo 07, Cep: 04551-000, Vila Olímpia, São Paulo, estão disponíveis no website (www.triunfo.com/ri) e na sede da Companhia.

Mensagem da Administração

Em 2014, a Triunfo Participações e Investimentos seguiu sua trajetória de expansão e busca por geração de valor. No setor de rodovias, além do início da operação da Triunfo Concebra, a maior concessão rodoviária do país, celebramos a aquisição do trecho paulista da BR 153, a Transbrasiliana, com uma extensão de 321,6 quilômetros. O trecho adquirido forma um importante corredor rodoviário, com extensão de 1.839,1 quilômetros, integrando as concessões Triunfo Concebra e Triunfo Econorte. Assim, fortalecemos a atuação da Triunfo no segmento rodoviário, de modo que, a partir de 2015, a Companhia administra 2.140,5 quilômetros. O ano também foi marcado pela assinatura dos aditivos contratuais da Triunfo Econorte, Triunfo Concepa e Concer, que além de resultar em um importante pacote de investimentos visando garantir a segurança e a satisfação dos usuários, acrescentaram aproximadamente R\$500 milhões no valor da companhia.

Estamos focados em ampliar, cada vez mais, a sinergia entre nossos empreendimentos, a fim de compartilhar soluções e otimizar recursos. Essa sinergia também transformou-se em meta para os demais setores em que atuamos, especialmente o de energia, que também foi incrementado em 2014. Composto a Tijoá Participações e Investimentos S.A., uma Sociedade de Propósito Específico firmada com Furnas, a Triunfo assumiu, por 30 anos, a concessão para operar a Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, localizada em Andradina (SP).

Em Santa Catarina, a Portonave iniciou as obras de expansão da retroárea e adquiriu novos equipamentos. Até o final de 2015, a área destinada a abrigar os contêineres passará de 270 mil m² para 410 mil m², agregando qualidade aos serviços oferecidos a importadores e exportadores. Na Aeroportos Brasil Viracopos, o foco esteve na conclusão das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), que permitiu ao aeroporto dar um grande salto na oferta de voos internacionais, passando de três para 38 frequências semanais.

O ímpeto de expansão que caracteriza a Triunfo não nos exime da responsabilidade de reavaliar constantemente nossos projetos e agir de forma assertiva sempre que determinadas iniciativas não avançam conforme as expectativas. Foi o que ocorreu com o encerramento da Maestra, em 2013, e também o caso da Vetría Mineração, encerrada em 2014, em função, principalmente, das condições atuais de mercado e perspectivas relativas aos preços praticados para o minério de ferro. A descontinuidade dessas duas atividades impactaram o endividamento da Companhia e também refletiram negativamente em nosso desempenho econômico-financeiro no ano de 2014. Não obstante estamos terminando o exercício com o saldo à disposição dos acionistas de R\$218,7 milhões de Reais em 2014.

Assim, voltamos a focar com mais ênfase nos segmentos nos quais a Triunfo já possui maior expertise, a fim de assegurar a execução do planejamento estratégico da Companhia e reduzir riscos que venham a interferir em nossos resultados. É assim que garantimos a sustentabilidade econômico-financeira dos negócios.

Por fim para garantir a perpetuação da companhia e a sustentabilidade econômico-financeira dos negócios, indissociável de nossos compromissos sociais e ambientais, em 2014 lançamos a nova Política Triunfo de Sustentabilidade. Seguiremos focados na geração e no compartilhamento de valor.

2 Perfil Corporativo

A Triunfo Participações e Investimentos é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão de rodovias, administração portuária, energia e administração aeroportuária. Em comum a todos os negócios está a administração de serviços públicos por meio de concessão ou autorização.

A Companhia está listada desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BVM&FBOVESPA e suas operações estão presentes em vários estados do país, empregando cerca de 4.400 profissionais diretos.

Concessão de rodovias

No segmento de concessões rodoviárias, a Triunfo é responsável por administrar cinco concessões rodoviárias, são 2.140,5 km de rodovias. A Triunfo opera desde a década de 1990 a **Econorte**, que administra 341 km de rodovias no norte do Paraná, a **Concepa**, que opera 121 km no Rio Grande do Sul, ligando a capital, Porto Alegre, ao litoral do estado e também a **Concer**, presente na BR 040, em um trecho de 180 km que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Em 2013, a empresa venceu o leilão para administrar as rodovias BR 060, BR 153 e BR 262, entre o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. Em janeiro de 2014 foi assinado o contrato de concessão e a **Concebra** tornou-se responsável por administrar 1.176,5 km, a maior concessão rodoviária do país. Além disso, em 2014 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Rodovia **Transbrasiliana**. O trecho adquirido possui 321,6 km da BR-153, entre a divisa do estado de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A Triunfo Transbrasiliana forma um importante corredor rodoviário, com extensão de 1.840,0 km, integrando as concessões Triunfo Concebra e Triunfo Econorte.

Administração Portuária

No setor de administração portuária, a Triunfo atua por meio da **Portonave – Terminais Portuários de Navegantes**, empresa da qual detém 50% de participação e que, por sua vez, controla a **Iceport**, a qual opera uma câmara frigorífica com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada. Localizada em Navegantes, Santa Catarina, a Portonave iniciou suas operações em outubro de 2007 e é um dos terminais portuários mais modernos do país. Ao final de 2014, a Portonave figurava como o terminal que mais movimentava contêineres em Santa Catarina, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Além disso, foi considerado, em 2013, o Operador Portuário do Ano, do Lloyd's List Global Awards e bateu o recorde sul-americano de produtividade, com 270,4 movimentos por hora (mph) no navio MSC Agrigento no dia 18 de outubro de 2014.

Energia

No setor de geração de energia, a **Rio Verde** administra a concessão da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás, com capacidade instalada de 116 MW e 67,8 MW de energia assegurada. A Rio Verde iniciou operação comercial em maio de 2010 e tem 100% da energia assegurada já vendida, até 2026, para a Votener, empresa do Grupo Votorantim.

O outro projeto no segmento de energia é a **Rio Canoas** que foi criada para operar a concessão da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina. A usina tem capacidade instalada de 191,9 MW, 83,1 MW de energia assegurada e 70% da energia vendida por todo o prazo da concessão. A usina iniciou operação comercial em setembro de 2013, treze meses antes do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e desde então já contribuiu para a geração da caixa da companhia.

Além disso, em 2014 por meio de parceria com Furnas, a **Tijoá** assinou o contrato de concessão e passou a ser responsável pela operação e manutenção de **Usina de Três Irmãos** pelos próximos 30 anos. A usina está localizada em Andradina (SP) e a Triunfo tem 50,1% do negócio.

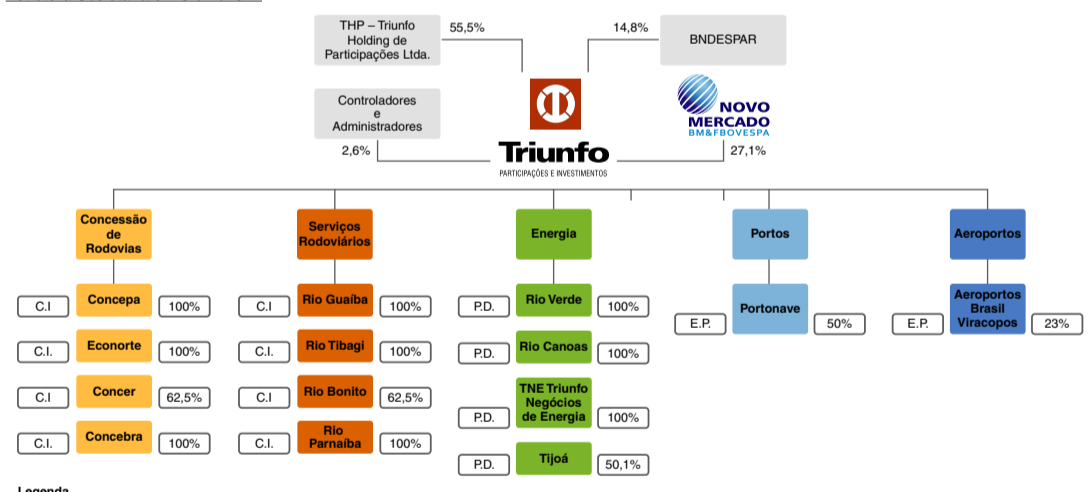
Administração Aeroportuária

Em 2012, reforçando mais uma vez seu pioneirismo, a Triunfo entrou no segmento de administração aeroportuária, após vencer o leilão para operar por 30 anos o **Aeroporto Internacional de Viracopos**, em Campinas. O empreendimento está localizado a 90 km de São Paulo (SP) e é um dos principais aeroportos de cargas do país.

Em novembro de 2014, o novo terminal de passageiros foi inaugurado e começou a operar voos internacionais com rotas das companhias TAP, Gol, Azul, American Airlines e Copa Airlines, saltando de três para 38 frequências semanais. O novo terminal possui capacidade para 25 milhões de passageiros, 28 *finger*s para aeronaves e estacionamento para 4 mil veículos. Além disso, operou durante a Copa do Mundo FIFA realizada no Brasil, cumprindo sua missão de receber passageiros, autoridades e delegações esportivas que participaram do evento.

A Triunfo foca seu trabalho na busca por negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, procurando sempre expandir sua área de atuação, desde que observado o adequado retorno financeiro aos seus acionistas.

Estrutura Societária em 31/12/2014



Legenda
C.I. – Consolidação Integral – 100% do Resultado
E.P. – Consolidação via Equivalência Patrimonial
C.I. – Não é Consolidado – Resultado de Participação Descontinuada

3 Principais destaques de 2014

• **Assinatura do Contrato de Concessão da CONCEBRA** – Em janeiro foi assinado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o contrato de concessão para administrar as BRs 060, 153 e 262, pelo prazo de 30 anos. A Concebra vai administrar 1.176,5 km, o maior trecho de rodovias já concedido no Brasil. A vitória no leilão fortalece a presença da Triunfo no segmento rodoviário.

• **Concepa assina o Aditivo ao Contrato de Concessão** – Em abril, a Concepa assinou junto à ANTT, o aditivo que prevê a execução da 4ª pista da BR-290/RS entre Porto Alegre e Gravatal. O investimento totaliza cerca de R\$244,1 milhões a valores atuais e o contrato será reequilibrado pelo Fluxo de Caixa Marginal, considerando uma TIR real e do projeto de 8,01%. O aditivo prevê uma indenização ao final de 2015 ou extensão do prazo de concessão em, aproximadamente, 22 meses.

• **Concer assina Aditivo ao Contrato de concessão** – Em maio, a Concer assinou, junto à ANTT, o aditivo que prevê a execução da obra da Nova Subida da Serra. O projeto contempla a construção do maior túnel rodoviário do Brasil, com aproximadamente 5 km de extensão. O aditivo totaliza cerca de R\$1,2 bilhão, a valores atuais e o contrato será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, considerando uma TIR real e do projeto de 8,01%. Está previsto o reembolso do valor total do aditivo em três tranches ou a extensão do contrato de concessão de até 17 anos e seis meses.

• **UHE Três Irmãos recebe licença de operação** – Após a conclusão da aquisição da UHE Três Irmãos, por meio de uma parceria com Furnas, a Tijoá, empresa constituída para operar a usina, recebeu licença ambiental de operação no dia 15 de outubro de 2014. Desde então a empresa passou a ser responsável pela operação e manutenção do empreendimento pelos próximos 30 anos.

• **Início da operação do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Viracopos** – A concessionária Aeroportos Brasil iniciou a operação dos voos comerciais no novo terminal de passageiros do aeroporto. A quantidade de voos internacionais oferecidos por semana passou de três para 38 em dezembro de 2014. O Aeroporto Internacional de Viracopos foi reconhecido como o melhor aeroporto de carga do Brasil e o segundo melhor da América Latina em 2014, no *Air Cargo Excellence Awards*, organizado pela *Air Cargo World*, umas das mais importantes publicações de transporte aéreo de carga do mundo.

• **Econorte assina aditivo ao contrato de concessão** – Em dezembro de 2014, a Econorte assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo reestabelece o equilíbrio econômico financeiro, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002, além de incluir novos investimentos ao contrato, que já foram realizados no valor de R\$ 61,0 milhões. Devido ao aditivo o DER autorizou o incremento de 8,25% nas tarifas de pedágio que foram aplicados em 19 de dezembro de 2014.

• **Descontinuidade Vetría Mineração** – A Triunfo em conjunto com a ALL e Vetría Mineração decidiram encerrar o contrato de associação. Como determinadas condições previstas no Contrato de Associação não foram atendidas dentro do prazo estipulado e ainda, considerando as condições de mercado e perspectivas atuais, especialmente no que diz respeito aos níveis de preço praticados para o minério de ferro, as Partes decidiram encerrar o Contrato de Associação.

• **Prêmios e reconhecimento** – As concessões de rodovias Concepa e Concer foram mais uma vez eleitas as melhores rodovias federais do país, de acordo com o Guia 4 Rodas 2014-2015. No ranking nacional a Concepa manteve o oitavo lugar e a Concer conquistou a décima posição. A Portonave bateu o recorde sul-americano de produtividade, com 270,4 movimentos por hora (mph) no navio MSC Agrigento no dia 18 de outubro de 2014.

4 Desempenho Operacional

Os dados apresentados nesta seção se referem a 100% dos negócios.

a. Segmento Rodoviário

Concessionária	Rodovia	Estado	Extensão Administrada	Data da Concessão	Término da Concessão
Concepa	BR-290	RS	121,0 km	04/07/1997	jul/17
Concer	BR-040	RJ/MG	180,0 km	01/03/1996	mar/21
Econorte	BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470	PR	341,0 km	14/11/1997	nov/21
Concebra*	BR-060, BR-153 e BR-262.	DF/GO/MG	1.176,5 km	31/01/2014	fev/43
Transbrasiliana*	BR 153	SP	321,6 Km	14/02/2008	fev/33
Total			2.140,1 km		

* Pré-operacional em 2014.

Tráfego de nossas rodovias (+1,2%)

Analisando o desempenho acumulado de 2014 observa-se um acréscimo de 1,2% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 87.090 mil veículos equivalentes. As concessionárias Concer, Concepa e Econorte, apresentaram um desempenho no volume de tráfego individual de -3,2%, 6,1% e -1,4% respectivamente.

É importante ressaltar que a queda de tráfego na Concer reflete a mudança da praça de pedágio do km 104 para o km 102, e já era esperada. Parte do efeito dessa perda foi compensada por meio do reajuste aprovado em agosto de 2014, de 12,5% – composto por 5,29%, referente à perda, e 6,52% referente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A compensação pela segunda metade da perda de tráfego será efetuada a partir de agosto de 2015, na próxima revisão tarifária.

Tráfego equivalente (mil)			
	2014	2013	Δ
Tráfego equivalente total	87.090	86.028	1,2%
Tarifa média efetiva	8,0	7,5	6,6%
CONCER	31.248	32.273	-3,2%
Tarifa média efetiva	8,0	7,6	5,6%
Veículos pesados (mil)	15.688	16.456	-4,7%
Veículos leves (mil)	15.560	15.817	-1,6%
CONCEPA	40.247	37.947	6,1%
Tarifa média efetiva	6,6	6,0	10,0%
Veículos pesados (mil)	18.600	17.814	4,4%
Veículos leves (mil)	21.647	20.133	7,5%
ECONORTE	15.595	15.809	-1,4%
Tarifa média efetiva	11,4	10,8	5,8%
Veículos pesados (mil)	10.131	10.400	-2,6%
Veículos leves (mil)	5.464	5.409	1,0%

b. Segmento Portuário:

Portonave

O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 699.824 TEUs em 2014.

Veja abaixo os principais destaques operacionais e diferenciais competitivos da Portonave:

• Em julho de 2014 a Portonave iniciou as obras da segunda fase de expansão do Terminal, que praticamente dobrará sua capacidade estática de 15 mil para 30 mil TEUs. O pátio, localizado no lado direito do Terminal, passará dos atuais 270 mil m² para cerca de 400 mil m² quando a obra estiver concluída. A ampliação deverá ser concluída no segundo semestre de 2015.

• A Portonave bateu o recorde sul-americano de produtividade, em 18 de outubro de 2014, atingindo a marca de 270,4 movimentos por hora (mph) na movimentação de contêineres no navio MSC Agrigento.

• Facilidade de acesso ao terminal pela Avenida Portuária, que liga a BR 470 direto ao estacionamento para caminhões da Portonave;

• Ampla estrutura de armazéns e portos secos no entorno, o que reduz custo logístico para o cliente;

• Serviços agregados: equipamentos e estruturas modernas que reduzem tempo de espera;

• Mão de obra treinada e qualificada.

Além da receita de movimentação de contêineres, outras receitas como armazenagem, *scanner*, aluguel de tomadas *reefer* e taxas de *ISPS code* também são consideradas na composição da receita da Portonave, reportada a seguir na seção de desempenho financeiro.

Portonave			
	2014	2013	Δ
TEUs – Twenty-equivalent unity	699.824	705.790	-0,8%
Tarifa média efetiva (R\$/TEU)	221,0	217,4	1,6%
Caixas movimentadas – total	426.686	433.095	-1,5%
Caixa – Vazia (movimento no cais)	120.758	125.183	-3,5%
Caixa – Cheia (movimento no cais)	305.928	307.912	-0,6%

c. Segmento de Geração de Energia:

Em 2014 o total de energia assegurada vendida pela Rio Verde à Votener foi de 593.927 MWh. e a energia assegurada vendida da Rio Canoas totalizou 668.404 MWh.

Geração de Energia			
	2014	2013	Δ
Energia Assegurada Vendida (MWh)	1.007.176	754.017	34%
Rio Verde Energia	593.927	593.927	0,0%
Rio Canoas Energia	413.249	160.090	158,1%
Vendas Adicionais (MWh)	255.155	–	n/a
Total energia Vendida	1.262.331	754.017	67,4%

d. Aeroporto:

Em 2014, passaram pelo Aeroporto Internacional Viracopos 131,5 mil aeronaves (+3,3%), que movimentaram 9,8 milhões de passageiros (+5,9%) e 223,3 mil toneladas de cargas (-7,5%).

Vale ressaltar que a queda do volume de cargas é sistêmica, não representando comportamento apenas do Aeroporto Internacional Viracopos. Mesmo com essa queda, as receitas da empresa seguem crescendo, devido a ações implantadas no Terminal, tais como como: (i) foco em cargas de alto valor agregado, (ii) conquista e fidelização, como clientes, de empresas farmacêuticas e químicas (defensivos agrícolas/agronegócio), (iii) melhoria na infraestrutura (ampliação das câmaras frigoríficas) e (iv) redução do tempo médio de desembarco de cargas.

Aeroporto de Viracopos			
	2014	2013	Δ
Aeronaves (Mil)	131,5	127,3	3,3%
Passageiros (Mil)	9.847	9.295	5,9%
Carga (Mil Ton)	223,3	241,3	-7,5%

5 Desempenho Econômico Financeiro

Desde 1º de janeiro de 2013, com a aplicação obrigatória das IFRS 10 e 11, a Companhia deixou de consolidar de maneira proporcional suas investidas controladas em conjunto (Concer, Portonave, Aeroportos Brasil Viracopos e Tijoá) nas Demonstrações Financeiras. A Concer passou a ser consolidada integralmente, enquanto os resultados de Portonave, Aeroportos Brasil Viracopos e Tijoá estão refletidos no “Resultado de Equivalência Patrimonial”. As controladas Maestra, NTL e Vessel deixaram de ser segregadas entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e seus resultados **voltaram a compor o resultado consolidado** nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. A alteração da consolidação deve-se ao fato de as empresas Maestra, NTL e Vessel terem iniciado um novo ciclo operacional, com foco na prestação de serviços rodoviários. As controladas Rio Verde e Rio Canoas foram classificadas como “Participações Descontinuadas”, pois foram mantidas à venda em 31 de dezembro de 2014. A controlada Aeroportos Brasil Viracopos S.A. reapresentou suas demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, devido à mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão, em 2012. Os números apresentados refletem essa mudança.

Os dados apresentados nesta seção trazem os resultados de cada investida, conforme apresenta a tabela abaixo:

Empresa	Participação Triunfo (1)	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões Rodoviárias			
Concer	62,5%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Concepa	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Econorte	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Administração Portuária			
Portonave e Iceport	50,0%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado – Equivalência Patrimonial
Portonaus	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Administração Aeroportuária			
Aeroportos Brasil Viracopos	23,0%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado – Equivalência Patrimonial
Operação de Cabotagem			
Maestra	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
NTL	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Vessel	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Geração/Comercialização/Operação e Manutenção de Energia			
Rio Verde	100,0%	Controlada	Não é consolidado – Resultado de participação descontinuada
Rio Canoas	100,0%	Controlada	Não é consolidado – Resultado de participação descontinuada
Triunfo Negócios de Energia	100,0%	Controlada	Consolidação de 100% do resultado
Tijoá	50,1%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado – Equivalência Patrimonial

(1) Direta ou Indiretamente

a) Receita Operacional Bruta (+95,9%)
Considerando os efeitos da adoção dos IFRS 10 e 11 que alteraram os critérios de consolidação das demonstrações financeiras, a receita operacional bruta consolidada no ano de 2014 foi de R\$1.799,6 milhões, 95,9% maior que a receita bruta reportada em 2013.

As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2014 totalizaram R\$71,4 milhões e representam redução de 5,6% quando comparadas com o mesmo período de 2013.

	2014	2013	Δ
Receita Operacional Bruta	1.799.644	918.728	95,9%
Arrecadação de Pedágio	694.920	643.841	7,9%
Receita de Construção	1.069.598	206.917	416,9%
Operação de Carga Própria	–	9.446	n/a
Operação de Energia	27.087	47.937	-43,5%
Operação de Cabotagem	–	–	n/a
Outras Receitas	8.039	10.587	-24,1%
Deduções da Receita Bruta	(71.453)	(75.686)	-5,6%
Receita Operacional Líquida	1.728.191	843.042	105,0%
Receita de Construção	1.069.598	206.917	416,9%
Receita Operacional Líquida Ajustada	658.593	636.125	3,5%

... continuação do Relatório da Administração 2014

Em 2014 as despesas operacionais atingiram R\$ 669,1 milhões. Em 2014 foi reconhecida na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais a despesa de R\$564,3 milhões, referente ao reconhecimento do *impairment* do ágio registrado em 2012, em função da descontinuidade da Vetria. Para não gerar distorções na análise, excluímos o efeito dessa despesa, que não tem efeito caixa. Assim, as despesas operacionais aumentaram 28,7% na comparação anual, principalmente em função do que segue da Implantação da estrutura administrativa da Concebra, nova concessionária da Companhia.

d) Resultado Financeiro (+98,3%)

O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias e remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustadas pelas receitas financeiras e pelo resultado de variação cambial. Em 2014 o resultado financeiro consolidado foi de R\$ 297,8 milhões (+98,3%), devido principalmente a: (i) Concer, que para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra, contraiu novas dívidas; (ii) Concebra, que passou a ser consolidada em 2014, e (iii) empresas NTL, Vessel e Maestra, que em 2013 não estavam sendo consolidadas, pois estavam classificadas como participações descontinuadas.

	2014	2013	Δ
Resultado Financeiro	(297.877)	(150.225)	98,3%
Receitas financeiras	20.885	20.186	-0,5%
Despesas Financeiras	(317.962)	(170.411)	86,6%

e) Lucro Líquido do Exercício e Lucro Base de Dividendos

Em razão dos fatores apresentados anteriormente e principalmente em decorrência da descontinuidade da Vetria Mineração, que ocasionou o reconhecimento do *impairment* do ágio registrado em 2012, a Companhia registrou um prejuízo líquido consolidado no valor de R\$430,2 milhões em 2014. É importante ressaltar que os efeitos da descontinuidade da Vetria Mineração não tem efeito caixa, somente contábil.

O saldo à disposição dos acionistas em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$216,3 milhões (+98,2%).

	2014	2013	Δ
Prejuízo Líquido do Exercício	(430.184)	(67.534)	n/c
Realização da Reserva de Reavaliação Reflexa	22.119	25.213	-12,3%
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	34.263	31.052	10,3%
Lucro Base de Dividendos antes da Constituição da reserva Legal	(373.802)	(11.269)	n/a
Reserva Legal	-	-	n/a
Reserva de Retenção de Lucros Anos Anteriores	109.165	183.134	-40,4%
Reversão de Reserva de Lucros a Realizar Vetria	480.971	-	n/a
Distribuição de Dividendos Intermediários	-	(62.700)	n/a
Saldo à disposição dos acionistas	216.334	109.165	98,2%

f) Perfil da Dívida e Endividamento

Em 31 de dezembro de 2014, a Triunfo apresentou endividamento bruto de R\$ 2.651,6 milhões (+89,5% em relação a dezembro de 2013). O aumento ocorreu em função da Concebra, que adicionou R\$ 314,3 milhões no endividamento bruto da companhia.

	2014	2013	Δ
Endividamento			
Endividamento curto prazo ⁽ⁱ⁾	1.082.259	268.602	302,9%
Endividamento longo prazo ⁽ⁱⁱ⁾	1.569.354	1.082.316	45,0%
Dívida Bruta	2.651.613	1.350.918	96,3%
Disponibilidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	188.209	50.742	270,3%
Dívida Líquida	2.463.404	1.300.176	89,5%

(i) Considera empréstimos, financiamentos e debêntures.
(ii) Caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

6 Rating

A Triunfo possui Rating Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais(bra)) com perspectiva estável, atribuído pela Fitch Ratings. De acordo com o relatório, o rating reflete o adequado perfil de negócios da Triunfo, baseado em sua diversificada carteira de ativos. Os negócios mais representativos do grupo em termos de receita líquida, como as concessões rodoviárias e o negócio de porto, apresentam baixa volatilidade e forte capacidade de geração de caixa. A adição de operação aeroportuária, ainda que apresente menor previsibilidade de resultados, eleva o grau de diversificação dos negócios e de geração de caixa da Triunfo.

A Fitch considera "a estrutura de capital consolidada da Triunfo é moderadamente alavancada, mas atenuada por um perfil de dívida adequado e compatível com a natureza e a expectativa de fluxo de caixa de seus investimentos recentes".

7 Recursos Humanos

Acreditando que uma empresa é constituída, primordialmente, de pessoas e que o elemento humano é fator de extrema importância para seu bom desempenho, a Triunfo e suas controladas investem de maneira significativa na formação de seus colaboradores. Encerramos 2014 com aproximadamente 4,4 mil colaboradores engajados e comprometidos com os resultados positivos da Companhia. Investimos constantemente na melhoria social e profissional, oferecendo plano assistencial, previdência privada extensiva a todas as coligadas, política de financiamento acadêmico, treinamentos contínuos e buscando sempre a melhoria do ambiente organizacional.

Políticas de benefícios e de cargos e salários, alinhadas às melhores práticas de mercado, estão sendo aplicadas com objetivo de estimular os profissionais e oferecer perspectivas de construção de carreiras sólidas, orientadas para desenvolvimento do nosso negócio. É nosso compromisso oferecer subsídios para promover o crescimento de nossos profissionais de maneira consistente e responsável.

8 Sustentabilidade

Ciente de seu papel na sociedade, a Triunfo busca conduzir sua atuação em conformidade com os preceitos do desenvolvimento sustentável. O Conselho de Administração da Triunfo aprovou, em outubro de 2014, a nova Política de Sustentabilidade da Companhia. A atualização da Política integra uma série de ações que vêm sendo desenvolvidas pela Triunfo para consolidar suas práticas com vistas ao desenvolvimento sustentável. A nova Política Triunfo de Sustentabilidade é aplicável a todas as unidades de negócio e reforça o compromisso da Triunfo de conduzir de forma responsável as interações com o meio ambiente e a sociedade, buscando minimizar os impactos negativos decorrentes de suas operações. A Política foi elaborada pelo Comitê Triunfo de Sustentabilidade, em maio de 2014, com o objetivo estimular e criar mecanismos para integrar a sustentabilidade à cultura organizacional da Triunfo, com base nas melhores práticas de governança corporativa.

O comprometimento com a preservação ambiental também está expresso na Política de Sustentabilidade da Triunfo, tendo reflexo nos sistemas de gestão de suas empresas, de modo a minimizar impactos e promover o uso racional de recursos naturais. Além do cumprimento da legislação, os sistemas de gestão ambiental das empresas Triunfo tem como base compromissos voluntários assumidos, bem como certificações. Concebra, Econorte e Portonave, por exemplo, foram certificadas, em anos anteriores, conforme a norma NBR ISO 14001, em função da qual monitoram indicadores específicos de qualidade ambiental e são auditadas periodicamente. Na Aeroportos Brasil Viracopos, o sistema de gestão ambiental também tem como base os indicadores da ISO 14001, prevenindo a conquista da certificação nos próximos anos.

O comprometimento com o desenvolvimento social, por sua vez, tem como resultado diversos projetos socioambientais desenvolvidos pelas empresas Triunfo em suas regiões de atuação, bem como projetos culturais liderados pelo Instituto Triunfo. Ao longo de 2014, a Triunfo e suas empresas desenvolveram ações voltadas aos diferentes públicos com os quais interagem, em especial profissionais, comunidades, investidores e clientes. Essas ações e outras informações socioambientais de interesse dos *stakeholders* são reportadas anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Triunfo, publicado em conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

9 Governança Corporativa

Como uma empresa participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Triunfo acredita que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio.

A auditoria independente, da Grant Thornton Auditores Independentes, aplica procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos relacionados à auditoria.

A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é formado por oito membros, sendo dois deles independentes.

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionada pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por quatro membros.

O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos, que têm como principal responsabilidade fiscalizar os atos dos administradores e analisar as Demonstrações Financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

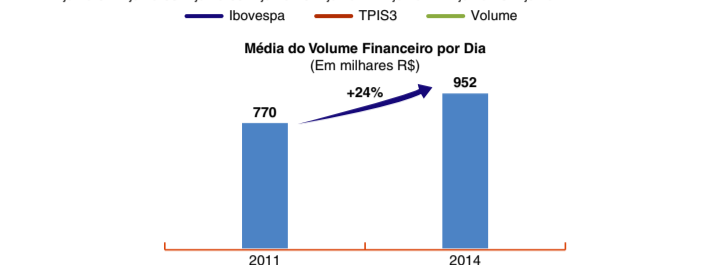
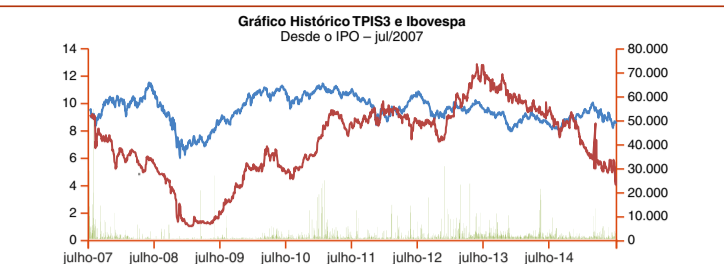
A posse dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Triunfo está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento do Novo Mercado.

10 Mercado de Capitais

Desde o IPO em 2007 a Triunfo aderiu ao Novo Mercado, o mais elevado padrão de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. As ações ordinárias da Triunfo são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código TPIS3. Além disso, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) sob código TPIUY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

11 Desempenho das Ações

Em 2014, as ações da Triunfo apresentaram uma desvalorização de 18,9% e encerraram o ano cotadas a R\$77,00, enquanto o índice Ibovespa, principal indicador da BM&FBOVESPA, acumulou uma desvalorização de 2,9%. A média do volume financeiro negociado por dia apresentou em 2014 uma redução de 28,9% em relação a 2013.



12 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Triunfo e depende de diversos fatores como os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras da Companhia, dentre outros. Em 2014, não houve distribuição de dividendos.

13 Relações com Investidores

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm à disposição informações no site www.trunfo.com.br. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail: ri@trunfo.com ou pelo fone: +55 11 2169 3999. A Triunfo acredita que uma comunicação transparente dos seus resultados é fundamental para que a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de suas atividades.

14 Agradecimentos

Aprovamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos profissionais, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

15 Informações Corporativas

Conselho de Administração
Luiz Fernando Wolf de Carvalho – Presidente do Conselho
Fernando Xavier Ferreira – Conselheiro Independente Efetivo
Marcelo Souza Monteiro – Conselheiro Independente Efetivo
Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz – Conselheiro Efetivo
João Villar Garcia – Conselheiro Efetivo
Leonardo de Almeida Aguiar – Conselheiro Efetivo
Ricardo Stabile Piovezan – Conselheiro Efetivo
Ronald Herscovici – Conselheiro Efetivo

Conselho Fiscal
Bruno Shigeyoshi Oshiro – Membro Efetivo
Marcelo Joaquim Pacheco – Membro Efetivo
Paulo Roberto Franceschi – Membro Efetivo
Murici dos Santos – Membro Suplente
Alberto Sammarone Silveira Lima – Membro Suplente
Giorgio Bampi – Membro Suplente

Diretoria Executiva e Estatutária
Carlo Alberto Bottarelli – Diretor Presidente e de Energia
Sandro Antonio de Lima – Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz Eduardo Barros Manara – Diretor de Relações Institucionais
Paula Paulozzi Villar – Diretora de Coordenação Jurídica

Controladora
Karla Maciel – CRC ISP 262.036/O-3

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.144	36.108	39.553	188.209	50.668	54.331	36.154	36.154	36.154
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	28.389	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	56.308	59.237	62.285	-	-	-
Indenizações a receber – aditivos	7	-	-	-	359.133	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	19	185	1.459	8.876	4.972	11.705	-	-	-	-
Impostos a recuperar	8	12.267	8.613	8.024	32.973	10.126	15.876	-	-	-
Contas a receber – partes relacionadas	11	92.049	95.157	44.481	-	80.034	36.625	-	-	-
Participações a comercializar	10	660.865	661.965	575.644	-	-	-	-	-	-
Despesas de exercícios seguintes	12	108	93	99	6.317	1.651	1.828	-	-	-
Outros créditos		9.231	52	51	11.604	1.035	5.058	-	-	-
Total do ativo circulante		866.683	802.173	697.700	663.420	207.723	223.862			
Não circulante										
Realizável a longo prazo:										
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	-	68	74	1.701	-	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	7.002	-	-	-	-	-
Créditos tributários diferidos	9	-	-	-	134.231	13.500	85.441	-	-	-
Contas a receber – partes relacionadas	11	37.292	89.443	85.760	40.318	102.117	33.691	-	-	-
Despesas de exercícios seguintes	12	-	-	-	3.871	-	425	-	-	-
Depósitos judiciais		162	162	141	3.163	2.857	2.477	-	-	-
Impostos a recuperar	8	-	-	-	2.990	4.643	3.628	-	-	-
Outros créditos		37.454	89.605	85.901	219.870	123.238	140.040	-	-	-
Total do ativo não circulante										
Total do ativo		2.622.689	2.932.541	2.669.295	5.494.972	4.977.691	4.527.471			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	26	-	-	1.728.191	843.042
Custos dos serviços prestados					
Operação, manutenção e conservação de rodovias	-	-	(61.497)	(64.336)	
Custo de manutenção – IAS 37	-	-	-	-	
Custo de construção	-	-	(958.103)	(206.917)	
Operação portuária	-	-	-	(3.868)	
Operação de energia	-	-	(21.549)	(11.318)	
Custo com pessoal	-	-	(43.038)	(35.250)	
Depreciação do imobilizado (custo)	-	-	(602)	(1.010)	
Depreciação do imobilizado (mais valia)	-	-	-	-	
Amortização do intangível (custo)	-	-	(141.532)	(104.258)	
Amortização do intangível (mais valia)	-	-	(54.731)	(68.738)	
Remuneração do poder concedente	-	-	(20.161)	(18.032)	
				(1.301.213)	(513.727)
Lucro bruto				426.978	329.315
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(14.073)	(15.503)	(57.033)	(54.336)
Remuneração dos administradores	29	(10.432)	(13.317)	(21.194)	(20.436)
Despesas com pessoal		(10.673)	(10.024)	(42.472)	(34.063)
Depreciação do imobilizado (custo)		(522)	(523)	(2.650)	(1.451)
Amortização do intangível		(343)	-	(4.872)	-
Amortização de ágio sobre investimento		(2.392)	(2.585)	(2.392)	(6.252)
Resultado de equivalência patrimonial	13	268.118	63.616	25.729	45.505
Outras receitas (despesas) operacionais	25 g)	33.263	9.319	(564.269)	33.679
		(273.890)	30.983	(669.153)	(37.354)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(273.890)	30.983	(242.175)	291.961
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		7.767	18.938	20.085	20.186
Despesas financeiras		(164.061)	(117.455)	(317.962)	(170.411)
		(156.294)	(98.517)	(297.877)	(150.225)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(430.184)	(67.534)	(540.052)	141.736
Imposto de renda e contribuição social	30	-	-	-	-
Correntes	-	-	(41.542)	(57.432)	
Diferidos	-	-	(26.704)	14.572	
	-	-	(68.246)	(42.860)	
Lucro (Prejuízo) líquido das operações em continuidade		(430.184)	(67.534)	(608.298)	98.876
Operações descontinuadas					
Lucro (Prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	10	-	-	140.366	(146.923)
Prejuízo líquido do exercício		(430.184)	(67.534)	(467.932)	(48.047)
Atribuído aos:					
Proprietários da controladora		(430.184)	(67.534)	(430.184)	(67.534)
Participações de não controladores		-	-	(37.748)	19.487
Quantidade de ações (lotes de mil ações)		176.000	176.000	-	-
Prejuízo básico por lote de mil ações (em reais)	25 d)	(2,44423)	(0,38372)	-	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações (em reais)	25				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora) 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	512.979	7.777	28.840	480.971	183.134	692.945	185.317	451.684	185.317	451.684	11.269	1.850.702
Aumento de capital	330.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330.000
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	-	-	(25.213)	-	-	-	25.213	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(31.052)	-	-	31.052	-
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.452)	-	-	(28.452)
Plano de opção de ações	-	688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	688
Ágio em transações de capital	-	(22.607)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.607)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(62.700)	(62.700)	-	-	-	-	(62.700)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.534)	(67.534)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(11.269)	(11.269)	-	-	-	-	11.269	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	842.979	(14.142)	28.840	480.971	109.165	618.976	160.104	420.632	(28.452)	(28.452)	11.269	2.000.097
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	-	-	(22.119)	-	-	-	22.119	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(34.263)	-	-	34.263	-
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	28.452	-	-	28.452
Ajustes de exercícios anteriores	-	(4.954)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.954)
Perda no aumento de participação (cabotagem)	-	(278.271)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278.271)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.184)	(430.184)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(480.971)	-	(480.971)	-	-	-	-	480.971	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	107.169	107.169	-	-	-	-	(107.169)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	842.979	(297.367)	28.840	480.971	216.334	245.174	137.985	386.369	(28.452)	(28.452)	11.269	1.315.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Consolidado) 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucro	Reservas de lucros	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	512.979	7.777	28.840	480.971	183.134	692.945	185.317	451.684	185.317	451.684	11.269	1.850.702	124.683	1.975.385
Aumento de capital	330.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330.000	-	330.000
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	-	-	(25.213)	-	-	-	25.213	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(31.052)	-	-	31.052	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.452)	-	-	(28.452)	-	(28.452)
Plano de opção de ações	-	688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	688	-	688
Ágio em transações de capital	-	(22.607)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.607)	-	(22.607)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(62.700)	(62.700)	-	-	-	-	(62.700)	(41.450)	(104.150)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.534)	(67.534)	19.487	(48.047)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(11.269)	(11.269)	-	-	-	-	11.269	-	-	-
Ganho na redução de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.771	36.771
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	842.979	(14.142)	28.840	480.971	109.165	618.976	160.104	420.632	(28.452)	(28.452)	11.269	2.000.097	139.491	2.139.588
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	-	-	(22.119)	-	-	-	22.119	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(34.263)	-	-	34.263	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	28.452	-	-	28.452	-	28.452
Ajustes de exercícios anteriores	-	(4.954)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.954)	(20)	(4.974)
Perda no aumento de participação (cabotagem)	-	(278.271)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278.271)	62.528	(215.743)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.575)	(45.575)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.184)	(430.184)	(37.748)	(467.932)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(480.971)	-	(480.971)	-	-	-	-	480.971	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	107.169	107.169	-	-	-	-	(107.169)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	842.979	(297.367)	28.840	480.971	216.334	245.174	137.985	386.369	(28.452)	(28.452)	11.269	1.315.140	118.676	1.433.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1 Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) Concessionárias de rodovias

Concer
A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa
A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre – Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale
A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra
A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias
As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio, e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Geração de energia elétrica

Rio Verde
A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano. Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Após o término final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da UHE Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2014, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due diligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a Companhia continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas
A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), venciada pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

Os investimentos incorridos para colocar a Usina em operação foram de aproximadamente R\$ 1.096.944. Os recursos necessários para a implantação foram captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$ 270.000 e durante o ano de 2013 o montante de R\$ 81.000, durante o exercício de 2014 o montante de R\$ 915.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWh conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG. Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses. Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R\$107,98 (R\$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Rio Canoas passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde. Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Tijóá
A Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Tijóá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km² e possui duas eclusas para navegação. O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionária da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada. Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser leiloadas nos termos da Lei nº 12.783/13.

O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinópolis (50,1%).

Para assinatura do contrato de concessão foi alterado o Estatuto Social da Tijóá para que essa se tornasse a Sociedade de Propósito Específico (SPE) para assinatura do contrato de concessão.

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Investida Concer, em 13 de maio de 2014, assinou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT", "Poder Concedente"), o 12º Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo totaliza cerca de R\$1.162,5 milhões a valores atuais. O Contrato será reequilibrado pelo Fluxo de Caixa Marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01% bem como a indenização dos investimentos feitos. Além disso, a Concer fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 10,12% para os investimentos em Capex e 6,24% para os investimentos indiretos. O aditivo prevê a execução das obras para a nova subida da serra na BR-040 iniciando no km 102, em Xerém, além da mudança da praça de pedágio do Km 102. O projeto contempla o maior túnel rodoviário do Brasil, com quase 5 km de extensão.

viii) **Triunfo – UHE Três Irmãos**
Em 18 de junho de 2014, a Companhia realizou uma proposta vinculante para aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla"), sujeita a condições precedentes. O objeto principal do FIP Constantinopla é o desenvolvimento da parceria com Furnas – Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") na atuação da prestação de serviços de operação e manutenção na Usina de Três Irmãos cujo leilão foi vencido pelo Consórcio Novo Oriente. O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a aquisição em 29 de julho de 2014. Em 26 de agosto de 2014 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla pelo valor de R\$6,0 milhões. O FIP Constantinopla em parceria com Furnas – Centrais Elétricas S.A. sagrou-se vencedor do leilão para prestação de serviço de operação e manutenção da Usina de Três Irmãos realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 28 de março de 2014. Para assinatura do contrato de concessão foi alterado o Estatuto Social da Tijoá para que essa se tornasse a Sociedade de Propósito Específico (SPE) para assinatura do contrato de concessão. Em 10 de setembro de 2015 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos pelo prazo de 30 anos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina. Em agosto de 2014, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá.

Em outubro de 2014 a Tijoá recebeu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) a licença ambiental de operação retificadora da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. A licença permite que a partir de 10 de outubro de 2014 a Tijoá passe a ser responsável pela operação da usina. ix) **Concebra – Aprovação e liberação de empréstimo-ponte do BNDES**
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") aprovou, em 24 de junho de 2014, o empréstimo-ponte para a investida Concebra no montante de R\$ 1,06 bilhão, pelo prazo de até 18 meses, com taxa de remuneração de TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais spread de risco de 2,0% a.a., em linha com as condições indicadas pelo Governo no edital de concessão. Os recursos serão utilizados para financiar os investimentos em melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262.

Em 28 de julho de 2014, a Concebra recebeu do BNDES, a primeira parcela dos recursos do empréstimo-ponte, no montante de R\$300 milhões. x) **Portonave – 2ª emissão de Aprovação de empréstimo-ponte do BNDES**
A investida Portonave concluiu, em 30 de junho de 2014, a captação de R\$300 milhões, em três séries, através da 2ª emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM 476. A taxa de remuneração será de CDI mais 2,25% ao ano para a 1ª série e de IPCA mais 8,40% ao ano para a 2ª e 3ª séries. O prazo total da operação é de 7 anos, com vencimentos semestrais a partir de dezembro de 2014. Os recursos captados serão utilizados para recompor o caixa da Companhia. xi) **Triunfo – Encerramento do período de usufruto de ações ordinárias**
Em 1 de julho de 2014, encerrou-se o período de vigência do usufruto do Banco BNP Paribas Brasil S.A. sobre ações de propriedade da THP – Triunfo Holding de Participações S.A. Por meio do Contrato de Usufruto firmado entre o Banco BNPP e a THP em 23 de outubro de 2012, a THP concedeu ao BNPP direitos de usufruto relacionados a 81.700.000 ações ordinárias emitidas pela TPI e detidas pela THP, representando aproximadamente 46,42% do total de ações emitidas pela TPI. Com o encerramento deste contrato, a partir de 01 de julho de 2014 THP fica reintegrada da plena propriedade legal das ações da TPI.

xii) **Triunfo – Emissão de Notas Promissórias**
Em 18 de julho de 2014, Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais. Foram emitidas 160 Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para complementar o caixa necessário para pagamento da segunda emissão de notas promissórias no montante de R\$275,5 milhões, que foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014. Em 14 de janeiro de 2015, a companhia liquidou a totalidade das Notas Promissórias no valor de R\$170,7 milhões. xiii) **Vetria – Arrendamento e opção de compra dos ativos da MMX Corumbá**
Em 29 de julho de 2014, Vetria assinou contrato com a MMX Corumbá Mineração S.A. referente ao arrendamento de direitos minerários localizados em Corumbá-MS. De acordo com os termos contratados, o valor do arrendamento é fixo e anual de US\$ 500.000 a ser pago em parcelas mensais, a partir do 4º mês da data de sua celebração e vigente pelo prazo de 36 meses, valor este que poderá ser parcialmente abatido na hipótese de conclusão da compra pela Vetria da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá.

Tanto o arrendamento dos direitos minerários como a eventual aquisição da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá pela Vetria estão condicionados ao cumprimento de diversas condições suspensivas, como a obtenção de aprovações pertinentes por parte das autoridades governamentais competentes, dentre elas a liberação do arrolamento fiscal que atualmente recaí sobre as ações de emissão da MMX Corumbá, para fins de venda do ativo. xiv) **Triunfo – Aquisição da rodovia Transbrasiliana**
Em 16 de setembro de 2014 a Companhia firmou por meio de sua controlada Dable Participações Ltda., Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% das quotas da empresa

BR Vias Holding TBR S.A., detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Em 05 de janeiro de 2015 após o cumprimento de condições precedentes, dentre elas, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a obtenção da anuência do poder concedente e dos credores detentores de garantias prestadas, direta ou indiretamente, em favor da TBR ou Transbrasiliana, foi concluída a aquisição de 100% das quotas da empresa BR Vias Holding TBR S.A. ("TBR"), detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana"), pelo valor de R\$ 22,4 milhões. A Triunfo Transbrasiliana passa a ser responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa do estado de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A concessão tem prazo de 25 anos, iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

xv) **Cabotagem – Alteração de participação societária**
Em 30 de setembro de 2014 a participação societária da Companhia nas empresas NTL, Vessel-Log e Maestra passou de 69,66% para 100,0%.

xvi) **Vetria – Encerramento do Contrato de Associação**
Em 10 de dezembro de 2014, a Triunfo, a ALL – América Latina Logística S.A. e a Vetorial Participações S.A. divulgaram aos seus acionistas e ao mercado que, considerando as perspectivas atuais e as condições do mercado, foi decidido encerrar o Contrato de Associação celebrado em 19 de dezembro de 2011, por meio da Vetria Mineração S.A. Adicionalmente, os contratos (i) de Arrendamento de Direitos Minerários e Outras Avenças firmado entre a Vetria (por meio de sua subsidiária Vetorial Mineração S.A.) e a MMX Corumbá Mineração S.A. e (ii) de Opção de Compra de Ações firmado entre a Vetria e a MMX Mineração e Metais S.A. foram integralmente cedidos para a Vetorial Siderurgia Ltda., conforme autorizado por ambos contratos. Os efeitos decorrentes da descontinuidade da Associação estão descritos nas Notas Explicativas 1).

xvii) **Concepa – 6ª Emissão de Debêntures**
Em 15 de dezembro de 2014 a Concepa, concluiu a captação no valor de R\$210 milhões, através da 6ª emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão será corrigida por CDI mais spread de 2,5% a.a. Os recursos foram utilizados para recompor o caixa da Companhia, e para implantar as obras do ativo assinado pela concessionária em abril de 2014, que prevê reembolso dos investimentos por parte do governo, ao final de 2015, ou extensão automática do contrato de concessão por até 22 meses. Caso o governo opte por realizar o reembolso, o prazo da emissão será até maio de 2016, caso contrário, o vencimento será prorrogado automaticamente até abril de 2018. xviii) **Concepra – 4ª Emissão de Contrato de concessão**
Em 17 de dezembro de 2014, a Econorte assinou junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que restabelece equilíbrio econômico-financeiro, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2012, além de formalizar a inclusão de investimentos já realizados, no valor de aproximadamente R\$61 milhões. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, e foi publicada, em 17 de dezembro de 2014, a Portaria nº 338/2014 do DER/PR autorizando o incremento tarifário de 8,248%, a ser aplicado a partir da 00 (zero) hora do dia 19 de dezembro de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade**
As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) Demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). b) Demonstrações financeiras individuais da controladora. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, repondo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
2.2.1. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3. Critérios de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Gualba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Gualba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda. ("Rio Parnaíba")	Controlada	100,0	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnav Terminal de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnav") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	-	-	100,0	-
Portonau S.A. – Terminais Portuários ("Portonau")	Controlada	-	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda. ("Moss")	Controlada	100,0	-	-	99,7
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda. ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda. ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações e Investimentos S.A. ("Jahy")	Controlada	-	-	100,0	-
Santip Participações Ltda. ("Santip")	Controlada	-	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	100,0
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	-
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla")	Controlada	100,0	-	-	-
Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra")	Controlada	100,0	-	69,7	-
NTL – Navegação e Logística S.A. ("NTL")	Controlada	100,0	-	69,7	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística ("Vessel")	Controlada	100,0	-	69,7	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (iv)	Controlada	-	100,0	-	69,7
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda. ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jupiter Participações e Investimentos S.A.	Controlada	-	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	Controlada em conjunto	50,0	-	-	-
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada	-	-	100,0	-
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	-	-	100,0	-
ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT")	Controlada em conjunto	50,0	-	-	-
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	-	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	Controlada	100,0	-	-	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	Controlada	100,0	-	-	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	Controlada	100,0	-	-	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	Controlada	100,0	-	-	-

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnav. (ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração. (iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijoa e no CSE. (iv) A controlada Vessel detém 100,0% de participação na controlada LLP.

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	Econorte	Rio Tibagi	Concepa	Rio Gualba	Concer	Rio Bonito	Convale	Rio Paraíba	Ecovale	Concebra	Rio Parnaíba
Ativo circulante	22.539	8.575	234.452	831	290.413	1.450	51	-	-	38.504	132
Ativo não circulante	366.771	20.843	260.483	32.733	784.878	3.548	14.898	-	-	647.182	12.879
Total do ativo	389.310	29.418	494.935	33.364	1.075.291	4.998	14.949	-	-	685.686	13.011
Passivo circulante	170.965	11.428	73.185	32.799	435.395	2.698	2	401	-	44.694	7.433
Passivo não circulante	121.597	30	304.510	-	325.471	250	-	-	-	371.011	7.409
Patrimônio líquido	96.748	17.960	117.240	565	314.425	2.050	14.947	(401)	-	269.981	(1.831)
Total do passivo e patrimônio líquido	389.310	29.418	494.935	33.364	1.075.291	4.998	14.949	-	-	685.686	13.011
Receita operacional líquida	254.372	57.511	388.551	46.808	641.411	50.911	-	-	-	428.362	-
Custo dos serviços prestados	(189.766)	(35.291)	(262.142)	(12.756)	(507.358)	(20.793)	-	-	-	(417.494)	-
Lucro bruto	64.606	22.220	126.409	34.052	134.053	30.118	-	-	-	10.868	-
Despesas operacionais, líquidas	(7.836)	(4.998)	(22.863)	(2.936)	(27.569)	(2.578)	(22)	(1)	(2)	(5.525)	(1.463)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	56.770	17.222	103.546	31.116	106.484	27.540	(22)	(1)	(2)	5.343	(1.463)
Resultado financeiro, líquido	(27.592)	1.731	(22.848)	(60)	(46.313)	608	-	-	-	8.229	(372)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	29.178	18.953	80.898	31.056	60.171	28.148	(22)	(1)	(2)	13.572	(1.835)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	(4.379)	(3.659)	(20.580)	(1.795)	(6.663)	(2.141)	-	-	-	(895)	-
Diferidos	(4.747)	-	(4.825)	-	(13.437)	-	-	-	-	(3.695)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.052	15.294	55.493	29.261	40.071	26.007	(22)	(1)	(2)	8.982	(1.835)

b) Segmento portuário

	Portonave	Iceport	Teconnav	Vetria	Vetorial	TPB	TPI – Log	Portonau	Santa Cruz	Terlip
Ativo circulante	90.937	10.423	1.105	94.738	28.586	-	-	20	-	27.471
Ativo não circulante	1.603.933	16.418	46.830	192.793	16.937	70.852	153.889	14.717	20.758	149
Total do ativo	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523	70.852	153.889	14.737	20.758	27.620
Passivo circulante	114.107	2.517	3.849	211.104	48.669	-	-	9.559	-	-
Passivo não circulante (i)	827.254	18.314	38	7.881	3.093	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	753.049	(3.990)	44.048	68.546	(6.239)	70.852	144.330	14.737	20.758	27.620
Total do passivo e patrimônio líquido	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523	70.852	153.889	14.737	20.758	27.620
Receita operacional líquida	342.078	28.844	68.640	-	80.321	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(186.484)	(28.615)	(12.126)	-	(30.771)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	155.594	229	56.514	-	49.550	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(29.222)	(1.824)	(5.092)	(110.861)	(52.106)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	126.372	(1.595)	51.422	(110.861)	(2.556)	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	(43.389)	363	(73)	(3.091)	(2.562)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	82.983	(1.232)	51.349	(113.952)	(5.118)	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-								

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Transações envolvendo pagamentos em ações

Profissionais (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 27.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base ative a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas com pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado, a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas com pessoal" correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituído na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

Os efeitos de diluição das ações em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 25 d).

3.1. Representação dos saldos comparativos

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. está representando em 31 de dezembro de 2014 suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Desta forma a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes a recomposição da atualização ao valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos devem ser reconhecidos desde o início da concessão. Portanto as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 estão sendo representadas de forma comparativa e adotando a capitalização parcial da correção monetária e da recomposição do ajuste a valor presente.

O efeito da referida mudança na controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos foi a contabilização parcial da correção monetária e da recomposição do AVP contra o ativo intangível Outorga que representa o passivo relativo ao compromisso com o poder concedente reconhecido pelo direito de exploração da atividade aeroportuária.

A mudança de prática contábil citada acima reflete nas Demonstrações financeiras da Companhia através do registro do resultado de equivalência dos respectivos exercícios.

Com o objetivo de refletir estas alterações nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 2013, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está representando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos do reconhecimento do resultado de equivalência na investida Aeroportos Brasil Viracopos.

Balancos Patrimoniais de 31 de dezembro de 2012, rerepresentados:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2012	Originalmente divulgado	Reapresentado 2012
Ativo				
Ativo Circulante	697.700	697.700	223.862	223.862
Ativo realizável a longo prazo	85.901	85.901	140.040	140.040
Investimentos em controladas e equiparadas	1.717.087	1.724.067	1.197.790	1.204.770
Outros ativos não circulares	161.627	161.627	1.587.529	1.587.529
Ativos de operações descontinuadas	–	–	1.371.270	1.371.270
Total do ativo	2.662.315	2.669.295	4.520.491	4.527.471
Passivo				
Passivo Circulante	85.448	85.448	363.584	363.584
Passivo não Circulante	733.145	733.145	1.392.876	1.392.876
Patrimônio Líquido				
Capital Social	512.979	512.979	512.979	512.979
Reservas de capital	7.777	7.777	7.777	7.777
Reserva legal	28.491	349	28.840	349
Reservas de retenção de lucros	657.474	6.631	664.105	657.474
Resultados abrangentes	637.001	637.001	637.001	637.001
Participações de acionistas não controladores	–	–	124.683	124.683
Passivo de operações descontinuadas	–	–	795.626	795.626
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.662.315	2.669.295	4.520.491	4.527.471

Demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2012 rerepresentados:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2012	Originalmente divulgado	Reapresentado 2012
Receita operacional líquida	–	–	834.546	834.546
Custos dos serviços prestados	–	–	(615.187)	(615.187)
Lucro Bruto	–	–	219.359	219.359
Receitas (Despesas) operacionais	(40.434)	(40.434)	407.740	407.740
Resultado de equivalência patrimonial	609.793	616.773	3.312	6.980
Lucro operacional antes do resultado financeiro	569.359	616.773	630.411	637.391
Resultado Financeiro	(53.802)	(53.802)	(153.938)	(153.938)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	515.557	522.537	476.473	6.980
Imposto de renda e contribuição social	–	–	1.895	1.895
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	515.557	522.537	478.368	6.980
Lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas	–	–	18.544	18.544
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	515.557	522.537	496.912	6.980
Atribuição aos:				
Acionistas controladores	515.557	522.537	515.557	6.980
Acionistas não controladores	–	–	(18.645)	(18.645)

Balancos Patrimoniais de 31 de dezembro de 2013, rerepresentados:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013
Ativo				
Ativo Circulante	802.173	802.173	207.723	207.723
Ativo realizável a longo prazo	89.605	89.605	123.238	123.238
Investimentos em controladas e equiparadas	1.839.241	1.877.494	1.133.055	1.171.308
Outros ativos não circulares	163.269	163.269	1.554.573	1.554.573
Ativos de operações descontinuadas	–	–	1.920.849	1.920.849
Total do ativo	2.894.288	2.932.541	4.939.438	38.253
Passivo				
Passivo Circulante	221.729	221.729	359.283	359.283
Passivo não Circulante	710.715	710.715	1.298.127	1.298.127
Patrimônio Líquido				
Capital Social	842.979	842.979	842.979	842.979
Reservas de capital	(14.142)	(14.142)	(14.142)	(14.142)
Reserva legal	28.491	349	28.840	349
Reservas de retenção de lucros	552.232	37.904	590.136	552.232
Resultados abrangentes	552.284	552.284	552.284	552.284
Participações de acionistas não controladores	–	–	139.491	139.491
Passivo de operações descontinuadas	–	–	1.180.693	1.180.693
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.894.288	2.932.541	4.939.438	38.253

Demonstrações do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, rerepresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013
Receita operacional líquida	–	–	843.042	843.042
Custos dos serviços prestados	–	–	(513.727)	(513.727)
Lucro Bruto	–	–	329.315	329.315
Receitas (Despesas) operacionais	(32.633)	(32.633)	(82.859)	(82.859)
Resultado de equivalência patrimonial	32.343	31.273	63.616	14.232
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(290)	31.273	30.983	260.688
Resultado Financeiro	(98.517)	(98.517)	(150.225)	(150.225)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(98.807)	31.273	(67.534)	110.463

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(42.860)	(42.860)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(98.807)	31.273	(67.534)	67.603
Lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas	–	–	(146.923)	(146.923)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(98.807)	31.273	(79.320)	31.273
Atribuição aos:				
Acionistas controladores	(98.807)	31.273	(67.534)	(98.807)
Acionistas não controladores	–	–	19.487	19.487

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, rerepresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013
Prejuízo do exercício	(98.807)	31.273	(67.534)	(98.807)
Ajustes para conciliar o resultado				
Resultado de equivalência patrimonial	(32.343)	(31.273)	(63.616)	(14.232)
Outros ajustes de conciliação de resultado	93.369	–	93.369	290.039
Variações nos ativos e passivos	28.379	–	28.379	(103.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(9.402)	–	(9.402)	73.383
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(99.734)	–	(99.734)	(362.873)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	105.691	–	105.691	285.827
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.445)	–	(3.445)	(3.663)
Caixa e equivalentes de caixa No início do período	39.553	–	39.553	54.331
No fim do período	36.108	–	36.108	50.668
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.445)	–	(3.445)	(3.663)

Demonstrações dos valores adicionados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, rerepresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013	Originalmente divulgado	Reapresentado 2013
Receitas	66.188	–	66.188	974.993
Insumos adquiridos de terceiros	(15.395)	–	(15.395)	(585.254)
Valor adicionado bruto	50.793	–	50.793	389.739
Retenções	(3.108)	–	(3.108)	(181.709)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	47.685	–	47.685	208.030
Valor adicionado líquido recebido em transferência	–	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	32.343	31.273	63.616	14.232
Receitas financeiras	18.938	–	18.938	20.186
Valor adicionado total a distribuir	98.966	31.273	130.239	242.448
Distribuição do valor adicionado	98.966	31.273	130.239	242.448
Pessoal e encargos	21.270	–	21.270	82.536
Impostos, taxas e contribuições	2.129	–	2.129	129.732
Remuneração do capital de terceiros	118.109	–	118.109	182.076
Remuneração do poder concedente	–	–	–	18.082
Lucros de operações descontinuadas	–	–	–	(146.923)
Lucros retidos do exercício	(42.542)	31.273	(11.269)	(42.542)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	19.487

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades	92.144	20.493	157.548	34.834
Aplicações financeiras	–	–	15.615	30.661
	92.144	36.108	188.209	50.668

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5 Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 19. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	2014	2013
Econorte	68	74
Parcela do circulante	–	–
Parcela do não circulante	68	74
As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.		

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2014	2013
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	50.798	46.510
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	–	2.979
Serviços de energia	4.763	11.500
Outras contas a receber	9.501	–
	65.062	60.989
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	63.310	59.237
Ativo circulante	56.308	59.237
Ativo não circulante	7.002	–

(1) Considerando o saldo a receber referente à venda da embarcação da NTL – Navegação e Log

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

"Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como "Operações descontinuadas", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 130.656 (R\$ 91.015 proporcional a participação da Companhia), para que o valor contábil dos ativos registrados no grupo fosse reduzido ao seu valor justo.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia concluiu a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) das empresas NTL – Navegação e Logística S.A., Vessel-Log Comp. Bras. de Navegação e Logística S.A. e Maestra Navegação e Logística S.A., que operavam o segmento de cabotagem. Desta forma, a participação societária dos demais acionistas foi diluída e a participação da Companhia nas empresas passou de 69,66% para 100,0%.

O reconhecimento da diferença do aumento de participação nas empresas NTL, Vessel e Maestra, tendo em vista que não houve alteração de controle, foi registrado no patrimônio líquido da Companhia conforme ICPC 09 (R1). Os efeitos da operação totalizaram o montante de R\$ 278.271, registrado como saldo redutor das reservas de lucros da Companhia.

Em dezembro de 2014, a Administração da Companhia decidiu dar início a um novo ciclo operacional para as empresas Maestra, NTL e Vessel, com um projeto de utilização destas empresas na modalidade de empresas prestadoras de serviços rodoviários.

O projeto consiste em estender o escopo das atividades destas empresas, buscando atender as necessidades das novas concessionárias de rodovia, bem como a continuidade das empresas existentes. Atualmente as empresas concessionárias de rodovias da Triunfo possuem empresas exclusivas para a prestação de serviços, o objetivo destas empresas é fazer a prestação de serviços de operação e de conservação, permitindo assim, que a concessionária tenha uma qualidade diferenciada em seus serviços.

Nos últimos anos a Triunfo assinou novos aditivos relativos a obras rodoviárias e adquiriu novas concessões rodoviárias, desta forma, tornou-se necessária a estruturação de novas empresas para prestação de serviços, tendo como objetivo principal gerar uma melhor qualidade nos serviços a serem entregues pelas concessionárias.

Com base nesse cenário, a partir de 31 de dezembro de 2014 os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel deixaram de ser apresentadas como Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas e o resultado voltou a compor o resultado consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

11 Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba e Rio Bonito para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$61.940, R\$50.101 e de R\$53.895, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	43.451	-	-	181	-	-
Rio Verde	8.400	-	-	10.365	-	-
Concepa	315	-	-	386	-	-
Econorte	4.636	-	-	-	-	-
TPI-Log	-	-	-	26.678	-	-
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
Rio Canoas	35.210	-	-	4.156	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	23.791	(3.733)	-	29.945	(3.334)
Portonave (vi)	-	405	(1.191)	-	-	-
Outros:						
Concepa	37	-	447	35	-	424
Rio Guaíba	-	31.000	-	-	-	-
Outros	-	100	-	1.850	-	-
Total do circulante	92.049	55.296	(4.477)	95.157	31.795	(2.910)

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	-	-	4.547	-	511
Maestra (iii)	-	-	1.032	32.021	-	1.995
Vetorial (iv)	303	-	32	266	-	15
Aeroporos Brasil (v)	13.418	-	2.312	38.085	-	-
Vetria Mineração	1.470	-	-	-	-	-
Act	-	-	12	-	-	-
Outros:						
Maestra	-	-	-	9.376	-	2.451
Econorte	701	-	3.013	-	-	-
Rio Tibagi	1.059	-	1.054	-	-	-
Rio Guaíba	826	-	818	-	-	-
Concepa	2.471	-	5.619	-	-	-
Rio Verde	370	-	2.109	-	-	-
Rio Canoas	3.994	-	3.947	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	-	-	-
Outros	3.121	-	-	5.148	-	-
Total do não circulante	37.292	-	19.948	89.443	-	4.972
Total	129.341	55.296	15.471	184.600	31.795	2.062

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Aeroporos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Os principais contratos firmados durante o ano de 2014 entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das "casas do motorista"; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
TPI Log	-	-	-	26.678	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	4.333	-	-	392	-
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	-	6.356	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	5.856	-	-	1.247	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	-	-	-	-	-
Outros:						
Maestra	-	161	-	-	1	-
Mútuos financeiros:						
TPI (viii)	-	405	(1.191)	-	-	-
Total do circulante	-	10.755	(1.191)	80.034	7.996	-
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (i)	11	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	303	-	32	266	-	15
Maestra	-	-	-	32.021	-	-
Aeroporos Brasil (vii)	13.941	-	2.312	38.641	-	-
Portonave (vi)	-	-	-	6.809	-	450
ACT	-	-	-	10	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	24.079	-	-	12.713	-	-
Maestra	-	-	-	9.376	-	-
Outros	1.984	-	-	2.291	-	-
Total do não circulante	40.318	-	2.354	102.117	-	465
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	73.725	-	-	60.226
CTSA (Rio Canoas) (v)	-	-	-	1.999	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	-	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	28.228	-	-	-
Total de imobilizado/intangível	0	-	101.953	1.999	-	60.226
Total	40.318	10.755	103.116	184.150	7.996	60.691

- (i) As Concessionárias de Rodovias e a Portonave contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e estavam classificados no saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2013.
- (vi) A Triunfo e a Backmon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores. O saldo do mútuo foi liquidado em 30/06/2014.
- (vii) Mútuo referente a captações da Aeroporos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (viii) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

12 Despesas de exercícios seguintes

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Gastos com apólices de seguros (i)	105	88	9.855	1.408
Outros gastos	3	5	333	243
	108	93	10.188	1.651
Parcela do circulante	-	-	6.317	1.651
Parcela do não circulante	-	-	-	3.871

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

13 Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido		Participação %		Equivalência patrimonial		Outras		Investimentos permanentes em 31/12/14		Investimentos permanentes em 31/12/13	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Econorte	96.748	-	100,0%	-	96.748	-	-	-	96.748	-	95.347	-
Rio Tibagi	17.960	-	100,0%	-	17.960	-	-	-	17.960	-	12.552	-
Concepa	117.240	-	100,0%	-	117.240	-	-	-	117.240	-	97.631	-
Rio Guaíba	565	-	100,0%	-	565	-	-	-	565	-	304	-
Concer	314.425	-	62,5%	-	196.515	-	-	-	196.515	-	230.366	-
Rio Bonito	2.050	-	62,5%	-	1.281	-	-	-	1.281	-	2.090	-
Concebra	269.981	-	100,0%	-	269.981	-	-	-	269.981	-	-	-
Rio Parnaíba (Jahy)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convale	14.947	-	100,0%	-	14.947	-	-	-	14.947	-	360	-
TPI-Log	144.330	-	100,0%	-	144.330	-	-	-	144.330	-	743.985	-
Portonave (*)	753.049	-	33,33%	-	250.991	-	-	-	20.232	-	305.129	-
Trevally	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	1	-
Portonaus	14.737	-	100,0%	-	14.737	-	-	-	14.737	-	39.337	-
TNE	36.862	-	100,0%	-	36.862	-	-	-	36.862	-	173.962	-

Investimento	Patrimônio líquido		Participação %		Equivalência patrimonial		Outras		Investimentos permanentes em 31/12/14		Investimentos permanentes em 31/12/13	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Rio Claro	8.432	-	100,0%	-	8.432	-	-	-	8.432	-	6.108	-
FIP – Constantinopla	2.900	-	100,0%	-	2.900	-	-	-	2.900	-	-	-
Aeroporos Brasil (*)	513.762	-	45,0%	-	231.193	-	20.820	-	252.013	-	134.904	-
NTL	70.893	-	100,0%	-	70.893	-	-	-	70.893	-	-	-
Santip	-	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Tijoa	2.663	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	1	-
ACT	131	-	64,0%	-	84	-	49	-	133	-	125	-
Santa Cruz	20.758	-	100,0%	-	20.758	-	-	-	20.758	-	20.598	-
Terlip	27.620	-	50,0%	-	13.810	-	31	-	13.841	-	-	-
Taboca	347	-	100,0%	-	347	-	174	-	186	-	-	-
Anddis	4.214	-	100,0%	-	4.214	-	-	-	4.214	-	1.370	-
Dable	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	1	-
Tucano	8.888	-	100,0%	-	8.888	-	-	-	8.888	-	7.859	-
Retirinho	2.674	-	100,0%	-	2.674	-	-	-	2.674	-	1.795	-
Guariroba	2.865	-	100,0%	-	2.865	-	-	-	2.865	-	1.844	-
Estrela	2.707	-	100,0%	-	2.707	-	-	-	2.707	-	1.822	-
Venus	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Mercurio	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Minerva	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Netuno	1	-	100,0%	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Total Investimentos	2.451.755	-	-	-	1.531.756	-	26.557	-	1.558.313	-	1.877.494	-
Rio Parnaíba	(1.831)											

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Consolidado			
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	176.421	2.395.364	42.021	2.613.806
Adições	38.720	924.923	6.850	970.493
Baixas	(1.052)	(542)	(6.363)	(7.957)
Transferência	(37.687)	–	(16.692)	(54.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	176.402	3.319.745	25.816	3.521.963
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(23.538)	(1.094.806)	(4.723)	(1.123.067)
Amortização	(2.735)	(145.876)	(185)	(148.796)
Amortização – mais valia	–	(54.731)	–	(54.731)
Baixas	–	(1.058)	4.560	3.502
Transferência	–	–	(332)	(332)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(26.273)	(1.296.471)	(680)	(1.323.424)
Valor residual líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	152.883	1.300.558	37.298	1.490.739
Saldo em 31 de dezembro de 2014	150.129	2.023.274	25.136	2.198.539
Taxa de amortização				
	–	4 a 5% (*)	–	–

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.

(ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluiu o ágio pago na aquisição da

Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.

(iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.

(iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

(v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.

(vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com a controlada Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de impairment anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento para 2015 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16 Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer e Concepa registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	2014	2013
Econorte	26.539	33.363
Concer	598	598
Concepa	61.994	–
	89.131	33.961
Parcela do circulante	9.786	12.731
Parcela do não circulante	79.345	21.230

17 Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	2014	2013
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	13.777	18.313
Conta garantida – Santander	Não há	126,5% do CDI	50.000	34.200
Conta garantida – Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	30.000	30.000
Conta garantida – Banco Safra	Não há	CDI + 3,307184% a.a.	10.000	–
Concepa:				
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	–	34.845
Econorte:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	5.214	6.905
FINAME – Banco Santander – imobilizado	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	–	558
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	16,7652% a.a.	2.738	1.324
Banco BTG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,00% a.a.	50.000	–
Conta garantida – Banco Santander	Não há	118,0% do CDI	50.455	25.044
Conta garantida – Banco Itaú	Aval da Companhia (Triunfo)	118,0% do CDI	25.000	10.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,4655% a.a.	50.000	–
FINAME – Banco Mercedes Bens	Alienação fiduciária	4,5% a.a.	3.995	–
Cédula de crédito bancário – Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,0% a.a.	28.500	–
FINAME – Banco Guanabara	Notas promissórias	19,56% a.a.	5.057	–
FINAME – Banco ABC do Brasil	Notas promissórias	6,0% a.a.	1.044	–
Cédula de crédito bancário – Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,032% a.a.	60.000	–
Conta garantida – Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 3,4% a.a.	60.335	–
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	121.070	58.300
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	21	44
Rio Tibagi:				
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,416% a.a.	900	–
Rio Parnaíba:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.330	–
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária	6,0% a.a.	8.647	–
Concebra:				
Empréstimo ponte – BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	304.302	–
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	99	152
FINAME – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	73	217
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	De 5,5% a 11,7% a.a.	352	541
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	–	37
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	76	113
Maestra:				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	45.053	–
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Não há	IPCA + 6,05% a.a.	3.793	–
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	40.117	–
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	16.398	–
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaíba	133% do CDI	20.011	–
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo), da Vessel e da NTL	IPCA + 6,0% a.a.	4.317	–
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP +4,16% a.a.	14.845	–
			1.027.519	220.593
Parcela do circulante			697.684	199.804
Parcela do não circulante			329.835	20.789

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	4.451	315.768
2017	4.451	9.715
2018	372	3.460
Após 2018	–	892
	9.274	329.835

18 Notas Promissórias

Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476.

Foram emitidas 260 (duzentas e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 260,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A..

As notas promissórias da segunda emissão foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014. Em 18 de julho de 2014, a Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais para o pagamento de parte das notas promissórias da 2ª emissão.

Foram emitidas 160 (cento e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias.

As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a..

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$169.874, e foi integralmente amortizado em janeiro de 2015.

19 Debêntures

	2014	2013
Triunfo (controladora)	748.493	706.177
Concepa	310.221	136.874
Econorte	77.543	91.603
Concer	196.735	195.671
Vessel	121.228	–
	1.454.220	1.130.325
Parcela do circulante	214.701	68.798
Parcela do não circulante	1.239.519	1.061.527

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$222.819 e R\$211.308, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.666 e R\$3.539 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quicronográfica e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são R\$525.674 e R\$494.869 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$13.230 e R\$14.294 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Emissora	Série	Data	Custos de transação		Valor líquido		Taxa de juros	TIR
			Valor Nominal	Saldo amortizado	Valor líquido	TIR		
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,57%	
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.860	(4.123)	76.537	IPCA+2,20%	CDI+3,48%	
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+9,64%	
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%	
Concepa	6ª Emissão	24/11/2014	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%	
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%	
Vessel	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(2.432)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,05%	
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 2,10%	IPCA + 2,73%	
			1.487.500	(45.669)	1.441.831			

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(4.950)	629	(4.321)
Triunfo	(4.123)	1.688	(2.435)
Triunfo	(20.028)	8.198	(11.830)
Concepa	(4.320)	1.993	(2.327)
Concepa	(2.327)	704	(1.623)
Econorte	(1.800)	1.037	(763)
Vessel	(2.432)	973	(1.459)
Concer	(5.689)	1.491	(4.198)
	(45.669)	16.713	(28.956)

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fiduciária, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$196.735 e R\$195.671, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

e) Vessel

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.198 e R\$5.327 em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foi aprovada a emissão de 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quicronográfica com garantias adicionais reais e fiduciárias, em 4 séries, no valor total de R\$ 145.000. O prazo de vencimento é de 5 anos a contar da data de emissão com um ano de carência. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor é de R\$121.228.

As debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,60% a.a. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente desde dezembro de 2012.

Os gastos de emissão das debêntures são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.459 em 31 de dezembro de 2014.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014, com vencimento até o ano 2018, e está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	328.896	768.866
2017	272.038	351.578
2018	53.808	119.075
	654.742	1.239.519

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2015	6.269	11.656
2016	6.269	9.197
2017	5.429	6.700
A partir de 2020	619	1.403
	18.586	28.956

20 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	–	–	2.063	3.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	–	–	4.414	9.199
Imposto de Renda Retido na Fonte	235	30	1.200	539
Cofins	181	25	3.964	2.332
PIS	39	6	1.339	1.234
INSS	–	–	406	161
Imposto Sobre Serviços	–	–	7.113	4.723
Imposto sobre Operações Financeiras	–			

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O lucro líquido do exercício é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do exercício.

	2014	2013
Prejuízo líquido	(430.184)	(67.534)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	22.119	25.213
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	34.263	31.052
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(373.802)	(11.269)
(-) Reserva Legal	-	-
(-) Reserva de retenção de lucros anos anteriores	109.165	183.134
(-) Reversão de reserva de Lucros a Realizar Vetría	480.971	-
(-) Distribuição de dividendos Intermediários	-	(62.700)
Saldo à disposição dos acionistas	216.334	109.165

f) Reserva Legal
A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

g) Reserva de Lucros a Realizar
O montante de R\$480.971 registrado na rubrica de Reserva de Lucros a Realizar que havia sido constituído em dezembro de 2012 com base na reversão da mais valia referente a aquisição dos 12% da participação na Santa Rita no montante de R\$12.091 somado ao ganho de capital na realização de participação na constituição da Vetría no montante de R\$518.376, foi integralmente variado em 31 de dezembro de 2014 devido a decisão de descontinuidade da controlada em conjunto Vetría. Em decorrência desta decisão a Companhia reconheceu um efeito negativo no montante de R\$615.535 diretamente no resultado do exercício, segregado em R\$ 597.542 sob a rubrica de outras despesas, e R\$ 17.993 sob a rubrica de resultado de equivalência patrimonial, conforme a nota explicativa nº 1 a) iv). Após apuração do resultado do exercício foi revertido o montante de R\$480.971 registrado na rubrica de "Reserva de lucros a realizar" conforme descrito acima.

26 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2014	2013
Reapresentado		
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	694.920	643.841
Operação de carga própria – porto	-	9.446
Operação de energia	27.087	47.937
Construção de ativos das concessões de rodovia	1.069.598	206.917
Outros	8.039	10.587
	1.799.644	918.728
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(71.453)	(75.686)
	1.728.191	843.042

27 Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profis-

sionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção. Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que delibera sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado		2013	
	Preço médio	Preço médio	Preço médio	Preço médio
	Quantidade	ponderado – R\$	Quantidade	ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

Saldo no início do ano Movimentações: Concedidas Saldo no final do ano

Ações exercíveis

Prazo de vida útil (anos)

Preço médio ponderado – R\$

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são as seguintes:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes

	01/05/2012	01/05/2011	01/05/2010	23/09/2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$688, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 em 31 de dezembro de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$91 em 31 de dezembro de 2013. As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2014.

28 Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Responsabilidade		Riscos		Tipos de cobertura	
	Civil	Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros
Econorte	10.000	76.082	3.000	-	93.903	182.985
Concer	14.922	25.000	10.312	-	65.480	324
Concepa	4.000	30.039	6.921	-	23.357	6.400
Rio Verde	10.000	385.496	-	-	-	395.496
Rio Canoas	20.000	917.131	-	-	-	937.131
Portonave	40.000	988.870	1.081.255	10.000	804.890	2.935.340
Aeroportos Brasil – Viracopos	20.000	-	60.000	20.000	-	80.000
Tijóá	-	-	-	-	-	247.077
			40.000	200.077	7.000	7.000
Total R\$	118.922	2.422.618	1.161.488	70.000	1.137.149	14.049
Portonave	-	171.311	-	-	-	171.311
Aeroportos Brasil – Viracopos	500.000	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	171.311	-	-	-	671.311

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

29 Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$13.924.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente. Até 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas no resultado do exercício o montante de R\$10.432 (R\$13.317 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e de R\$21.194 (R\$20.436 em 31 de dezembro de 2013 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	2014	2013
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	5.899	4.723
Benefícios diretos e indiretos	145	284
Participações nos resultados	4.388	7.713
Plano de opções de compra de ações	-	597
	10.432	13.317

30 Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014				
	Controladora	Investidas	Lucro	Eliminações	Consolidado
	Lucro Real	Presumido			
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(430.184)	183.819	46.711	(340.398)	(540.052)
IRPJ e CSLL correntes	-	(32.517)	(9.025)	-	(41.542)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(26.704)	-	-	(26.704)
Total de IRPJ e CSLL	-	(59.221)	(9.025)	-	(68.246)
Alíquota efetiva	0%	32%	19%	-	-

	2013				
	Controladora	Investidas	Lucro	Eliminações	Consolidado
	Lucro Real	Presumido			
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(67.534)	131.374	75.629	2.267	141.736
IRPJ e CSLL correntes	-	(49.680)	(7.752)	-	(57.432)
IRPJ e CSLL diferidos	-	14.572	-	-	14.572
Total de IRPJ e CSLL	-	(35.108)	(7.752)	-	(42.860)
Alíquota efetiva	0%	27%	10%	-	-

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02. Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e optou pela não antecipação de seus efeitos, que deveriam ser manifestados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCDTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Sendo assim a adoção, obrigatória, ocorrerá no exercício de 2015.

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	2.750	4.493	9.213	5.456
Juros recebidos	4.297	-	4.460	-
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	14.065	3.975	14.156
Outros juros e descontos obtidos	720	380	2.437	574
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(108.133)	(99.721)	(146.250)	(112.942)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(36.251)	(12.240)	(138.230)	(34.350)
Outros juros, multas e atualizações	(17.765)	(4.601)	(31.570)	(21.261)
Impostos sobre operações financeiras	(1.912)	(893)	(1.912)	(1.858)
Resultado financeiro	(156.294)	(98.517)	(297.877)	(150.225)

Reapresentado

32 Instrumentos financeiros
a) Análise dos instrumentos financeiros
A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. E apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	188.209	50.668	188.209	50.668
Aplicações financeiras vinculadas	68	74	68	74
Contas a receber, líquidas	63.310	59.327	63.310	59.327
Impostos a recuperar	35.963	14.769	35.963	14.769
Depósitos judiciais	3.163	2.857	3.163	2.857
Total	290.713	127.695	290.713	127.695
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.027.519	220.593	1.027.519	220.593
Debêntures e prêmio de não conversão	1.454.220	1.130.325	1.454.220	1.130.325
Notas Promissórias	169.874	-	169.874	-
Fornecedores	65.047	27.946	69.047	27.946
Salários, provisões e contribuições sociais	17.204	10.011	17.204	10.011
Dividendos	26.070	109	26.070	109
Impostos a pagar	40.967	22.344	40.967	22.344
Arrendamento mercantil	1.694	34	1.694	34
Contratos de aquisição de ativos	3.250	4.250	3.250	4.250
Total	2.805.845	1.415.612	2.805.845	1.415.612

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

• A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2014, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,50% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,50%	9,38%	6,25%
Triunfo (Controladora)	CDI	-	-	-
Econorte	CDI	9	6	4
Concepa	CDI	3.581	2.686	1.791
Concer	CDI	252	189	126



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 03.014.553/0001-91

Rua Olimpíadas, 205 – 14º andar – conj. 142/143 – São Paulo-SP | www.triunfo.com



Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Nova Mercado **IGC-NM**

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato. Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

Ano	Valor
2015	142
2016	478
2017	510
2018	317
	<u>1.447</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos "Trabalhos Iniciais", R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2014	2013
Receita de construção	142.413	37.450
Custo de construção	(106.745)	(37.450)
	<u>35.668</u>	<u>—</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de dezembro de 2014, estão previstos investimentos no montante de R\$424.271.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2015	17.474
2016	20.426
2017	32.894
2018	38.657
Após 2019	314.820
	<u>424.271</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2014	2013
Receita de construção	89.780	67.382
Custo de construção	(89.780)	(67.382)
	<u>—</u>	<u>—</u>

d) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

e) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	587.296
2016	561.434
2017	686.922
2018	1.035.926
2019	1.269.404
2020 até 2044	4.671.906
	<u>8.812.888</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2014
Receita de construção	428.362
Custo de construção	(417.494)
	<u>10.868</u>

35 Arrendamento mercantil

A controlada Concebra contratou arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. Os bens foram registrados como ativo intangível e estão sendo depreciados pelo prazo de vida útil.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 31 de dezembro de 2014, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

tores Independentes, em 25 de março de 2015, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 25 de março de 2015.

Bruno Shigeyoshi Oshiro

Paulo Roberto Franceschi

Marcello Joaquim Pacheco

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, da Controladora e Consolidado. Nossos exames foram complementados, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela Grant Thornton Audi-

Relatórios dos Auditores Independentes

Aos: Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo-SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Triunfo Participações e Investimentos S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB

Ênfases

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii. e nº 10, a Companhia continua em fase de negociação para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas nas rubricas de "Participações a comercializar" e "Ativos e passivos de operações descontinuadas", respectivamente. Ainda, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia, no exercício de 2013, descontinuou as atividades operacionais do segmento de cabotagem de suas controladas NTL Navegação e Logística S.A., Maestra Navegação e Logística S.A. e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A., no entanto, no exercício de 2014 a administração da Companhia decidiu dar início a um novo ciclo operacional para as estas empresas, com um projeto de reestruturação que alterou o objeto social das mesmas transformando-as em empresas prestadoras de serviços rodoviários. Os ativos e passivos destas controladas, originalmente registrados nas rubricas "ativos e passivos de operações descontinuadas" no balanço patrimonial consolidado e os resultados na rubrica "operações descontinuadas" na demonstração do resultado consolidado em 2013, voltaram a compor as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, como operações em continuidade, em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação

da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores comparativos correspondentes

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de março de 2014; o referido relatório apresentava parágrafo de ênfase similar ao deste exercício. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2014, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2013 para refletir o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga, aplicável ao exercício de 2013, na controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 15 de maio de 2013; o referido relatório apresentava parágrafo de ênfase similar ao deste exercício. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2014, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar os balanços patrimoniais de 2012 para refletir o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga, aplicáveis nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2013, na controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de março de 2015.



Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Clóvis Ailton Madeira
Contador
CRC 1SP 106.895/O-1

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. | Rua Olimpíadas, 205 – 14º andar – conj. 142/143 – São Paulo-SP | www.triunfo.com



Triunfo
Grandes desafios, soluções inteligentes.

PARTICIPAÇÕES
E INVESTIMENTOS



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado **IGC-NM**

